



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXIX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS **SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2025**

Violência entre mulheres quilombolas: interseccionalidade raça/cor e gênero

Marilene Alves Carneiro¹; Aisiane Cedraz Moraes²; Rosely Cabral Carvalho³

1. Marilene Alves Carneiro, PVIC/UEFS, ENFERMAGEM, e-mail: marilene.mari2000@gmail.com

2. Aisiane Cedraz Moraes, DEPARTAMENTO DE SAÚDE, e-mail: acmoraes@uefs.br

3. Rosely Cabral Carvalho, DEPARTAMENTO DE SAÚDE, e-mail: rccarvalho@uefs.br

PALAVRAS-CHAVE: Violência doméstica; quilombolas; gênero.

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher atinge números assustadores, segundo relatório da OMS uma em cada três mulheres, no mundo, ao longo da sua vida é submetida a violência física ou sexual (Brasil, 2021). No Brasil, as mulheres negras são as que correm maior risco de vida, são as principais vítimas de violências físicas e psicológicas, são subjugadas e hipersexualizadas, somando-se a isso, quando pertencentes a um território quilombola essas mulheres são as que mais sofrem com a violência estrutural, com o racismo e sexismo (Lima; Moura Júnior, 2024).

O estudo de Mendes (2019) com mulheres quilombolas e de outras comunidades tradicionais traz vários relatos como: agressões físicas sofridas desde a infância, presenciar violências praticadas contra as mães; e conseqüentemente, para se livrar dessas opressões praticadas pelos pais muitas se casavam cedo e começavam a ser agredidas então pelos maridos, violências do tipo física, sexual, psicológica, moral e patrimonial.

Nessa perspectiva, o presente plano justifica-se pela necessidade de conhecer a realidade das mulheres brasileiras quilombolas em relação à violência e identificar essas características que se tornam agravantes para o cenário de opressão. Nesse sentido, surge a questão norteadora: Como a interseccionalidade de raça/cor e gênero influenciam no fenômeno da violência entre mulheres quilombolas?

O estudo tem como objetivo geral: compreender como a interseccionalidade dos fatores raça/cor e gênero estão relacionadas à violência entre mulheres quilombolas.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo qualitativo, através do método de Revisão Integrativa (RI). Foram adotadas as seis etapas para a constituição da revisão integrativa da literatura adaptadas a partir das recomendações de Souza, Silva & Carvalho (2010) e Mendes, Silveira & Galvão (2008). Sendo as fases realizadas: confecção da questão de pesquisa; amostragem e estabelecimento dos critérios de inclusão dos estudos; identificação e categorização do corpus; análise crítica do corpus da pesquisa; discussão dos resultados; e apresentação da revisão integrativa e revelação das evidências científicas encontradas.

Para nortear a condução da RI, pautada na estratégia PCC, acrônimo de (P) população-mulheres quilombolas, adotou-se: (C) conceito- Interseccionalidade raça/cor e gênero e (C) contexto- violência doméstica (Peters *et al.*, 2020).

Foi realizada, em fevereiro de 2025, a busca de estudos nas bases de dados eletrônicas PubMed, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), Portal de Periódico Capes e Google Acadêmico, no período de 2013 a 2023. Foram adotadas como estratégia de busca os descritores: “Mulher”; “Raça”; “Violência”; “Negra”; “Cor” e “Quilombola”, utilizando o operador booleano AND.

Os critérios de inclusão foram: artigos de pesquisas originais, de periódicos nacionais, realizado em âmbito nacional, publicado entre 2013 a 2023, disponível no idioma português e com texto completo gratuito. Determinou-se como critérios de exclusão: estudos duplicados, e os que não respondessem à questão de pesquisa.

A busca nas bases de dados obteve como resultado: dois artigos na PubMed, 319 na BVS, 82 na SciELO, seis na Capes e 16.500 no Google acadêmico, ao todo foram encontrados 16.909 artigos. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão ficaram 12.256 artigos. Após a leitura dos títulos e resumos, 29 artigos foram selecionados para a leitura na íntegra. Por fim, a amostra final foi composta por cinco artigos.

No que se refere às questões éticas foram respeitadas as seguintes resoluções: a resolução 466/12 (Brasil, 2012); a resolução 510/16 (Brasil, 2016); e a 580/18 (Brasil, 2018).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na amostra, os textos selecionados foram publicados entre 2016 e 2022; quanto a metodologia, a maioria são estudos com abordagem qualitativa, mas foi encontrado também um estudo quantitativo e um relato de experiência. Após a leitura e análise da amostra, foram definidas as seguintes categorias: 1) Tipos de violência sofridas por mulheres quilombolas; 2) O patriarcalismo e a violência contra as mulheres quilombolas e; 3) Marcas do colonialismo e territorialidade no corpo das mulheres quilombolas.

Nos estudos analisados foram encontradas: violência física, violência sexual, violência psicológica, tortura e feminicídio; sendo que o tipo de violência mais citado nos estudos foi a violência física, seguida da sexual; praticadas principalmente pelos companheiros, seguido dos fazendeiros e outros membros da família (Beltrão, 2016; Grossi; Oliveira; Oliveira, 2018; Silva, 2019; Pereira; Melo, 2020; Pimentel; Silva, 2022). Esse achado, ao mesmo tempo que pode revelar um delineamento real da violência contra as mulheres quilombolas, pode relacionar-se com a dificuldade da população em compreender e identificar os demais tipos de violência, diferentes da física. Segundo Silva (2019), para o senso comum a violência doméstica está muito associada à violência física por esta ser visível e deixar marcas no corpo da mulher que sofre a agressão.

Mais dados sobre a violência no Brasil são apresentados no Atlas da violência de 2025: o qual aponta que em 2023, o número de mulheres negras vítimas de homicídio foi 68,2% do total de homicídios femininos; além disso, indica que a violência letal contra mulheres acontece majoritariamente no contexto doméstico e entre os casos de violência doméstica e intrafamiliar não letal, o mais recorrente é a violência física (IPEA, 2025). Apesar desses dados não se referirem somente às mulheres quilombolas, eles se assemelham aos resultados encontrados na revisão, revelando as características prevalentes na violência de gênero em nosso país, atravessadas pelo patriarcalismo, sexismo e racismo.

Na revisão foi possível observar essa intersecção entre a violência contra a mulher e o patriarcalismo. Foi relatado o fato de mulheres da comunidade serem proibidas de estudar por seus companheiros (Grossi; Oliveira; Oliveira, 2018). A falta de acesso à educação consolida ainda mais as divisões de papéis e limita a autonomia da mulher.

Nota-se ainda a busca por impedir as mulheres de conquistar espaços na sociedade: emergiu na corpus empírico o uso da violência como tentativa de impedir que as mulheres assumam cargos de liderança no território (Pimentel; Silva, 2022). O estudo de Campos (2022) relaciona a maioria das mortes de mulheres quilombolas nos últimos anos ao desempenho de cargos de liderança ou destaque dentro do território. O que denuncia uma busca desenfreada por reafirmar a soberania masculina e o patriarcalismo; expressos dentro do contexto quilombola de forma ainda mais forte devido às raízes do colonialismo e especificidades territoriais, que se interseccionam com a violência de gênero.

Como marcas deixadas pelo período colonial, muitas comunidades quilombolas vivem até hoje às margens da sociedade, e sofrem com a falta de direitos básicos; essas dificuldades deixam as mulheres ainda mais vulneráveis. Muitas vezes, em busca de melhores condições de vida, vão para a casa de famílias de fazendeiros ou de pessoas mais abastadas, e lá sofrem violência sexual pelos fazendeiros e filhos (Beltrão, 2016). Violência praticada desde o período colonial, onde as escravas eram vítimas dos seus senhores, objetificadas, usadas como mercadoria (Cisne; Araújo, 2021).

Outrossim, mais uma marca do período colonial que ainda causa sofrimento aos quilombolas são as disputas por terras e que impacta diretamente na violência sofrida pelas mulheres que residem nesses territórios; pois, como é trazido por Pereira e Melo (2020), elas sofrem-além das violências comuns à todo o grupo- a violação de seus corpos e da sua dignidade. Há uma composição de múltiplas subordinações, que podem ser tratadas como: discriminação composta, tripla discriminação ou cargas múltiplas (Bunchaft; Silva; Mendonça, 2020). Desta forma, compreendemos que ao discutir a violência contra a mulher quilombola é necessário levar em consideração a sua posição de mulher, sua cor negra dentro de uma sociedade racista e marcada pela herança colonial, e ainda as especificidades do contexto territorial em que elas vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo encontrou diversos tipos de violência cometidos contra as mulheres quilombolas, com ênfase na violência física e sexual e estas agressões foram marcadas pelo patriarcalismo e pela herança colonial que se apresenta nas especificidades do território. Esse trabalho é de grande importância visto a deficiência de publicações na área, além da urgência em dar visibilidade à essas vulnerabilidades e sobreposição de opressões que as mulheres quilombolas sofrem. Com a divulgação dos resultados do estudo esperamos sensibilizar os leitores sobre a temática e orientar a promoção de cuidados e atenção à essas mulheres, sobretudo prover condições para expressão dos seus direitos, com garantias de políticas públicas que mitiguem os danos de uma sociedade machista, misógina e racista.

REFERÊNCIAS

BRASIL. 2021. OMS: uma em cada 3 mulheres em todo o mundo sofre violência. *Nações Unidas Brasil*.

LIMA, J. M.; MOURA JÚNIOR, J. F. 2024. Racismo e sexismo como opressões direcionadas a mulheres quilombolas: uma revisão bibliográfica da literatura (2003-2023). *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, v. 17, n. 51, p. 505-522.

MENDES, M. A. 2019. Marias Crioulas: emancipação e alianças entre mulheres no enfrentamento à violência doméstica em comunidades tradicionais. Universidade de Brasília, Dissertação.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. 2010. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*, v. 8, n. 1, p. 102-106.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVAO, C. M. 2008. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto contexto - enferm.*, v. 17, n. 4, p. 758-764.

PETERS, M. D. J. *et al.* 2020. Updated methodological guidance for the conduct of scoping reviews. *JBIM Evidence Synthesis*, v. 18, n. 10, p. 2119–26.

BRASIL. 2012. *Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012*. Brasília: Diário Oficial da União.

BRASIL. 2016. *Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016*. Brasília: Diário Oficial da União.

BRASIL. 2018. *Resolução nº 580, de 22 de março de 2018*. Brasília: Diário Oficial da União.

BELTRÃO, J. F. 2016. Indígenas e Quilombolas Em Situação de Violência: Como Garantir Direitos Diferenciados?. *Revista de Antropologia*, v. 59, n. 3, p. 204–213.

GROSSI, P. K.; OLIVEIRA, S. B.; OLIVEIRA, J. L. 2018. Mulheres quilombolas, violência e as interseccionalidades de gênero, etnia, classe social e geração. *Revista de Políticas Públicas*, v. 22, p. 929-948.

SILVA, L. A. 2019. Quilombolas da chapada diamantina e o enfrentamento da violência contra a mulher. *Diamantina Presença “Educação e Pesquisa”*, v. 2, n.1, p. 58-6.

PEREIRA, A. G.; MELO, A. L. 2020. Mulheres quilombolas: Desafios para construção da igualdade de gênero. *Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros*, v. 3, n. 5, p. 135-151.

PIMENTEL, S. M. V.; SILVA, D. J. S. 2022. Resistência e liderança da mulher negra: um estudo na comunidade quilombola São José de Icatú em Mocajuba-PA. *Nova Revista Amazônica*, v. 10, n. 1, p. 161-175.

IPEA. 2025. *Atlas da violência 2025*. Ministério do Planejamento e Orçamento.

CAMPOS, I. G. 2022. Mulheres quilombolas e práticas de empoderamento na luta pela terra: uma análise sob a perspectiva feminista decolonial. Universidade Federal da Grande Dourados, Dissertação.

CISNE, M.; ARAÚJO, N. S. 2021. Colonialidade e violência contra as mulheres negras no Brasil: uma análise feminista decolonial. *Tensões Mundiais*, v. 17, n. 33, p. 349–370.

BUNCHAFT, M. E.; SILVA, L. R. M.; MENDONÇA, G. P. S. 2020. Violência contra mulheres quilombolas: uma reflexão sobre a aplicação de uma perspectiva interseccional à luz da ideia de contrapúblicos subalternos delineada por Fraser. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 10, n. 2.